

Diversidade **Linguística** na Escola Portuguesa

**Projecto *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*
(ILTEC)**

Crioulo de Cabo Verde

1. Aspectos Sociolinguísticos

1.1. O Crioulo em Cabo Verde

O Cabo-verdiano é uma língua crioula de base portuguesa que se formou algumas décadas após o início da ocupação do arquipélago de Cabo Verde, nomeadamente das ilhas de Santiago e do Fogo, em 1462. Chama-se crioulo por duas razões, uma de carácter histórico e outra de carácter linguístico. No século XVI, usava-se a palavra crioulo (originalmente, “pequena cria”) para designar os escravos que se criavam nas terras descobertas e ocupadas pelos portugueses. O termo estendeu-se, depois, a todos os “naturais” dessas terras, nelas nascidos, e, finalmente, passou a designar também as línguas por eles faladas.

Diz-se, ainda, que uma língua é um crioulo quando surge em condições sociolinguísticas muito especiais que obrigam à coexistência, numa comunidade relativamente estável, de falantes de línguas maternas diferentes que não se entendem mutuamente mas que, para sobreviverem, necessitam urgentemente de comunicar. Nestas condições, a língua adoptada pela comunidade é, por razões sociais, a do grupo dominante que em geral é muito inferior, em número, ao dos falantes das outras línguas maternas.

Inicia-se, assim, um processo espontâneo e colectivo de aquisição da língua dominante, língua essa que, no entanto, não constitui um modelo facilmente acessível (nem adquirível), dada a fraca e distante presença dos seus falantes nativos. Apesar de tudo, a urgência obriga a que os “aprendizes” continuem a tentar comunicar, socorrendo-se de várias estratégias: apropriam-se do léxico a que têm acesso; procedem a inovações no modo de o estruturar e organizar sintagmaticamente e, em simultâneo, recorrem às unidades e estruturas próprias das suas línguas maternas.

Surge, assim, entre os adultos, uma forma de linguagem muito variável e instável (mas já bem diferenciada das línguas originais) que as gerações seguintes se encarregam de regularizar, adoptando de forma sistemática algumas das variantes em competição. Temos, então, um crioulo.

Dizemos que o Cabo-verdiano é um crioulo de base lexical portuguesa porque, neste caso, a língua dominante que esteve na origem da formação do Crioulo e que lhe “forneceu” a maioria do seu léxico foi o Português. Se a língua dominante fosse outra, diríamos, por exemplo, ter-se formado um crioulo de base inglesa ou de base francesa...

Como o Cabo-verdiano, muitos outros crioulos de base portuguesa se formaram no mundo em resultado do contacto entre povos e línguas desencadeado pelos descobrimentos. É o caso do Crioulo forro de S. Tomé, do Crioulo da Guiné-Bissau, do Crioulo de Korlai, na Índia, ou do Papia Kristang, na Malásia, para dar apenas alguns exemplos.

Cabo Verde era um arquipélago deserto, constituído por dez ilhas, das quais apenas nove foram povoadas, embora em épocas diferentes. Ao sul, em Sotavento, temos as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava. Mais a norte, são as ilhas de Barlavento: Boa Vista, Sal, S. Nicolau, Santa Luzia (deserta), S. Vicente e Santo Antão.

Primeiro, como dissemos, deu-se o povoamento de Santiago (a ilha maior, onde actualmente está sediada a capital, cidade da Praia); logo de seguida do Fogo e depois da Brava. Santo Antão e S. Nicolau, em Barlavento, foram povoadas com gente vinda de Santiago e do Fogo logo no século XVII, ao passo que só houve um verdadeiro povoamento de S. Vicente a partir dos finais do século XVIII. A distância temporal entre a primeira e a última fase do povoamento do arquipélago e o modo como este foi feito nas diferentes ilhas em questão fizeram com que existisse uma variação dialectal acentuada, nomeadamente entre as ilhas de Santiago e de S. Vicente.

Desde a sua formação até aos nossos dias o Crioulo Cabo-verdiano manteve-se em contacto quase exclusivo com a língua portuguesa. Privados das relações com as suas terras de origem, no continente africano, mais precisamente na região em que se localizam agora o Senegal e a Guiné-Bissau, os escravos africanos acabaram por deixar morrer as suas línguas maternas. Deste modo, em Cabo Verde existem apenas duas línguas nacionais: o Crioulo e o Português. Até hoje, só o Português ganhou o estatuto de língua oficial, embora se anuncie para breve um novo estatuto para o Crioulo: o de “língua de ensino e da administração”.

Durante a época colonial, o Crioulo era considerado por muitos como um “Português mal falado” ou, na melhor das hipóteses, um “dialecto” do Português. Estas ideias arregaçaram-se de tal maneira no imaginário colectivo que ainda hoje prevalecem na mente de muitos portugueses e até de alguns cabo-verdianos. A ideia de “Português mal falado” radicava no preconceito, expresso por alguns autores, desde o século XIX, de que os falantes de Crioulo “não eram capazes de imitar os portugueses”. Na base da classificação do Crioulo como dialecto estão outras razões, entre as quais o facto de o Cabo-verdiano ser sentido como muito próximo (na forma fónica do seu léxico) embora, ao mesmo tempo, muito diferente (na sua estrutura morfológica, sintáctica e semântica) da chamada norma do Português Europeu.

Estas perspectivas erróneas tiveram consequências de vária ordem, em geral associadas ao desprestígio e à desvalorização do Crioulo em relação ao Português. Durante séculos, embora em vão, como se pode ver pela vitalidade actual do Cabo-verdiano, os governos portugueses tentaram erradicar o Crioulo e substituí-lo pela sua língua. Para muitos, o Crioulo era uma forma de falar desregrada, sem gramática, “incapaz de transmitir ideias abstractas”, que, por isso, não se podia descrever, nem estudar, nem ensinar nas escolas. Chegou mesmo a ser proibido nos locais públicos. Deste modo, o Crioulo foi remetido para o espaço da casa, familiar, enquanto o Português era a língua de ensino e da vida pública, única língua de acesso à literatura e aos bens sociais. No entanto, essas barreiras acabavam por ser artificiais, pois, na prática, eram muito poucos os cabo-verdianos que tinham acesso à escola ou que tinham oportunidades de adquirir uma variedade do Português e de a falar. Alguns, por outro lado, tentavam alterar o seu Crioulo, de modo a torná-lo o mais parecido possível com o Português que sabiam. Criaram-se, assim, variedades de Crioulo a que os próprios falantes chamavam, e chamam ainda, mais *fundas* (mais afastadas do Português) ou mais *leves* (mais próximas do Português). Naturalmente que os falantes analfabetos, das zonas rurais, com pouco contacto com o Português, foram os que mais preservaram o chamado “Crioulo fundo”.

Com a independência de Cabo Verde, em 1975 (data em que o analfabetismo atingia cerca de 70% da população), houve uma mudança substancial na atitude para com o Crioulo. Este passou a ser considerado uma língua nacional prestigiada e prestigiante e passou a ser usado em todas as situações sociais, mesmo naquelas em que, por razões políticas, se esperava o uso da língua oficial. No entanto, a pesada herança do passado ainda se fez sentir por muito tempo. O facto de o Crioulo, apesar de ser a língua materna de todos os cabo-verdianos, não ter sido estudado nem ensinado, nem usado nos contextos oficiais, atrasou a sua oficialização. Para que uma língua possa ser oficial é necessário que passe, previamente, por um processo de normalização e por um processo de instrumentalização. A normalização consiste na escolha de uma variedade para servir de norma e a instrumentalização passa pela criação de meios de fixação e difusão dessa variedade. Assim, é necessário que a língua seja dotada de uma ortografia, que seja descrita numa gramática, que haja dicionários que fixem a forma das palavras e definam o seu valor semântico, etc. É também indispensável que se criem as condições para o seu ensino e uso literário e que se promova a sua divulgação nos meios de comunicação de massas...

Remetida durante séculos para o estatuto de língua de tradição oral, a língua cabo-verdiana está agora a percorrer esse longo e difícil caminho. Neste momento, existe uma vontade política determinada de transformar a sociedade cabo-verdiana numa comunidade bilingue de pleno direito, em que o Crioulo e o Português sejam ambas línguas oficiais e em que os falantes, tendo conhecimento das duas línguas, possam optar pelo uso de uma ou de outra, em todos os contextos, públicos e privados, de um modo funcional e adequado às situações de comunicação.

No entanto, como dissemos, o percurso é longo. Embora a língua já tenha sido dotada, desde 1998, de um alfabeto (Alfabeto unificado para a escrita do Crioulo – ALUPEC), ainda falta preencher outros requisitos (como, por exemplo, produzir dicionários normalizadores da forma das palavras...) para poder, nomeadamente, introduzi-la no ensino, de forma generalizada.

Na verdade, já muito trabalho foi feito. Muitos escritores e investigadores usaram o seu conhecimento da ortografia portuguesa ou do ALUPEC para escreverem obras poéticas, ensaios, descrições linguísticas e até romances em crioulo, ou para fazerem recolhas da tradição oral. Entre 1987 e 1992, houve uma experiência-piloto de alfabetização de adultos em Crioulo e em Português, para a qual foram produzidos manuais e outros materiais didácticos em Crioulo...

No entanto, ainda hoje o ensino oficial é todo ele em língua portuguesa, com alguns custos para os alunos monolíngues que se confrontam com a difícil situação de terem de fazer a sua iniciação à leitura e à escrita numa língua que não dominam ou dominam muito deficientemente, contrariando as já antigas recomendações da UNESCO no sentido de pôr em prática o direito de todo o ser humano de aprender na sua língua materna.

Entretanto, as anunciadas alterações oficiais ao estatuto da língua crioula prevêm que o Cabo-verdiano venha a ser introduzido progressivamente no ensino, a par do Português, começando no ensino superior.

A decisão de oficializar a língua crioula está a ser objecto de polémica (nem sempre bem informada) na comunidade cabo-verdiana, pois não é fácil normalizar uma língua, isto é, adoptar uma variedade como norma, sem que haja oposição dos falantes das outras variedades. Neste momento, tudo aponta para que seja eleita uma das variedades de Santiago (a maior ilha e a mais povoada, em que está sediado o poder político).

1.2. O Crioulo na comunidade cabo-verdiana em Portugal

É precisamente de Santiago que provém a maioria dos alunos de origem cabo-verdiana que chegam às escolas portuguesas de ensino básico, sobretudo nas regiões de Lisboa, Setúbal e Faro.

Em 1995, Vladimir Monteiro, no seu livro *Portugal / Crioulo* (ed. do Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, Praia), escreve (p. 136):

Em 1941-1947 houve uma nova seca e a fome matou 55.000 pessoas. Para escapar a esse apocalipse, os caboverdianos, e sobretudo os habitantes de Santiago, vêem na imigração para S. Tomé e Príncipe a forma de escapar à miséria, à fome, à morte...

É uma grande parte desses emigrantes que deixará o Arquipélago são-tomense, partindo para Portugal, no período de independência, em meados dos anos setenta.

Quando, no princípio dos anos setenta, se dá [...] a partida de portugueses para a França e para a República Federal da Alemanha, privando Portugal de braços trabalhadores, Marcello Caetano, Presidente do Conselho, volta-se para as colónias, nomeadamente Cabo Verde, para recrutar “uma mão-de-obra desqualificada.[...]”.

Esta população imigrante lançará as bases para o estabelecimento de uma cadeia migratória consolidada entre Cabo Verde e Portugal [...].

Ou seja, esses trabalhadores mandam buscar a mulher, os filhos, um irmão, um amigo de peito e assim a comunidade caboverdiana vai aumentando em número, tornando-se na primeira comunidade de estrangeiros em Portugal.

[...] Estima-se hoje que 55% dos caboverdianos em Portugal são naturais (ou descendentes de naturais) de Santiago, 21% de S. Vicente, 9% de Santo Antão e os restantes das outras ilhas.

A comunidade cabo-verdiana em Portugal tem, pois, raízes que remontam ao tempo em que não se podia falar sequer de imigração, dado que Cabo Verde tinha ainda o estatuto de colónia portuguesa.

Embora haja, neste momento, um recrudescimento do fluxo migratório, muitos dos membros da comunidade já nasceram em Portugal e alguns têm nacionalidade portuguesa. Vivem, na maioria, em bairros degradados da periferia das grandes cidades, têm poucos recursos financeiros e um baixo grau de instrução.

Os mais velhos falam, em geral, apenas Crioulo e entendem mal Português. Aqueles que aprenderam uma variedade, mesmo incipiente, da língua portuguesa, falam Crioulo entre si mas tendem a falar Português com os filhos, com receio de que o Crioulo possa vir a afectar o seu sucesso escolar. Ainda assim, as crianças têm várias oportunidades de adquirir o Crioulo, quer com os familiares, vizinhos e amigos, quer com os recém-chegados de Cabo Verde.

Muitas vezes, a percepção de que o Cabo-verdiano é uma língua a evitar, dada a atitude dos pais e de alguns educadores que proíbem o seu uso na escola, faz com que os jovens afirmem não falar Crioulo e se inibam de o fazer em contextos em que se sentem observados. Tal não impede, no entanto, que o adquiram e que possam vir a activar o seu saber linguístico em situações de mais à-vontade.

Apesar de sofrer uma desvalorização explícita (favorecida por séculos de ideologia colonial), o Crioulo mantém o seu prestígio “encoberto” que lhe permite sobreviver, mesmo em contexto hostil. Neste momento, o Crioulo Cabo-verdiano é a língua mais falada, a nível nacional, para além do Português, nas escolas do ensino básico.

Dada a tradicional concentração de alunos de origem africana e, em particular, de alunos de origem cabo-verdiana, em determinados bairros e escolas, é muito vulgar que alunos de outras origens, nomeadamente, portugueses (nestes casos, em minoria), aprendam e falem Crioulo, como forma de reforço da identidade do grupo. Isto acontece, em particular, no primeiro ciclo de escolaridade, em que as crianças ainda não fazem, de forma consistente, avaliações negativas sobre as línguas. As línguas são, para elas, acima de tudo, formas de se fazerem entender (ou de evitarem ser entendidas). Estando os falantes de Crioulo Cabo-verdiano em maioria, e sendo O Crioulo a língua mais falada nos espaços de recreio, naturalmente que as outras crianças tendem a adquiri-lo, para poderem participar nas actividades do grupo e por este serem aceites. Nestas circunstâncias, o contacto com o modelo da língua portuguesa, em especial com a variedade esperada na escola, é muito restrito e resume-se, frequentemente, à relação com o educador, na sala de aula, ou ao contacto com os meios de comunicação de massas.

1.3. O Crioulo na escola portuguesa

Dado que o Cabo-verdiano foi considerado erradamente, por muitos, um dialecto do Português e dadas as semelhanças lexicais entre o Português e o Crioulo (pois trata-se de um crioulo *de base portuguesa*), muitos professores tendem a ignorar o facto de que, em geral, o Português não é a língua materna dos seus alunos. Isso tem consequências negativas a nível das metodologias adoptadas para o ensino do Português, uma vez que as expectativas sobre o “saber anterior” dos alunos não correspondem à realidade. Um bom exemplo é dado muitas vezes pela presunção errada de que os alunos possuem o mesmo vocabulário básico que os alunos de língua materna portuguesa.

O facto de os cabo-verdianos terem poucas oportunidades de contacto com o Português (quando esta não é a sua língua materna) alerta para a necessidade de uma exposição reforçada, na escola, ao modelo da língua de aprendizagem, nas suas diferentes modalidades e variedades. O professor não pode esperar que o aluno desenvolva de forma autónoma o seu conhecimento gramatical e lexical da língua portuguesa, se não lhe der oportunidades de uso da língua e se não lhe proporcionar, de forma sistemática e programada, para além de textos escritos em diferentes estilos, discursos orais produzidos em diferentes situações de comunicação e sobre temas diversificados.

O facto de as duas línguas serem aparentemente muito próximas (apesar de realmente muito diferentes) faz com que os alunos projectem, na sua forma de falar Português, muitas estruturas e unidades da sua língua materna, sem que o professor se aperceba. Se o aluno disser, por exemplo, *o livro está caro* (frase perfeitamente gramatical em Português, escapando, por isso, a qualquer correcção), o professor poderá pensar que ele se está a referir a um livro em particular, bem definido. No entanto (por influência do Crioulo), o aluno pode querer dizer que *os livros estão caros*, referindo-se não a um livro específico, mas aos livros em geral: em Cabo-verdiano, os nomes que se referem a um genérico ou a um grupo ocorrem sempre no singular, sem artigo definido; a expressão *libru sta karu* ('os livros (em geral) estão caros') opõe-se, assim, a *kel libru sta karu* ('o/aquele livro está caro') e a *kes libru sta karu* ou *librus sta karu* ('os/aqueles livros (particulares) estão caros').

Isto implica um cuidado especial na busca constante das intenções comunicativas que se escondem por detrás da expressão dos alunos, para que se estabeleça a comunicação e para que o professor os possa orientar na análise adequada dos dados da língua portuguesa. Além disso, é aconselhável que o professor (em casos em que o aluno persiste em fazer interferir a sua língua na análise e produção dos dados do Português) recorra sempre que possível, e de acordo com a idade e o conhecimento do aluno, a um contraste explícito entre as duas línguas, para acelerar o processo de aprendizagem do Português.

A melhor forma de “defender” uma língua é promover e defender as línguas que com ela convivem. O primeiro passo para desenvolver, nos alunos de origem cabo-verdiana, o seu conhecimento da língua portuguesa é levá-los a tomar consciência de que falam duas línguas bem diferenciadas, ambas legítimas e de igual valor, e que a sua língua crioula não só não deve ser escondida, como deve também ser desenvolvida. Aos educadores cabe argumentar em favor do bilinguismo, quer junto dos alunos, quer junto da comunidade escolar e das famílias.

O facto de o Crioulo ser uma língua de tradição oral (apesar de muitos já escreverem em Crioulo) que não é ensinada na escola, tem também várias implicações a nível do ensino. Primeiro que tudo, os professores, em Portugal, não têm à sua disposição muitas obras de referência nem materiais didácticos em Crioulo. Por outro lado, as crianças, quando entram na escola, não trazem consigo hábitos de relação com a escrita nem com a leitura (muitas vezes não sabem pegar no lápis nem folhear um livro...). Em contrapartida, sobretudo quando vêm de Cabo Verde, estão habituadas a rituais discursivos próprios da tradição oral, em que as *stória stória* (estórias tradicionais) e as *pasaji* (histórias da vida real) têm um papel fundamental na transmissão e na memorização do saber, mesmo na adolescência e na idade adulta.

Não podemos esquecer que uma língua, para além das regras gramaticais, tem em si regras pragmáticas, de uso e de adequação às situações. Assim, por exemplo, um falante cabo-verdiano do interior da ilha de Santiago, embora conheça a palavra *obrigado*, com o valor de agradecimento, por regra, nunca a usará, a menos que queira cortar relações com a pessoa a quem agradece: existe uma regra pragmática em Crioulo que estabelece que só se deve usar esta palavra para agradecer as coisas já passadas, no fim de uma relação. Deste modo, dado que a palavra, na sua forma fónica, e até no seu significado, é igual à palavra portuguesa correspondente, muitos portugueses consideram, erradamente, uma indelicadeza aquilo que para os cabo-verdianos é uma atitude respeitadora.

Uma perspectiva de ensino que respeite verdadeiramente a diversidade linguística e cultural tem de estar atenta a essas regras (pesquisando, se necessário for, junto dos alunos e dos familiares), sob pena de favorecer situações de incomunicabilidade ou de conflito comunicativo extremamente prejudiciais em qualquer processo de ensino e de aprendizagem.

2. Características Gramaticais

2.1. Sistema de Escrita

O Crioulo de Cabo Verde é uma língua tradicionalmente oral que só há pouco tempo possui uma grafia oficial. Os cabo-verdianos, escolarizados em Português, têm utilizado, à sua maneira, a ortografia da língua portuguesa para escreverem em Crioulo de forma espontânea, não regulada e, por isso, muito variável.

A actual grafia oficial, proposta em 1998 e consignada num decreto conhecido por ALUPEC (Alfabeto unificado para a escrita do Crioulo), é, como o próprio nome indica, essencialmente um alfabeto, não tendo havido ainda uma normalização generalizada da representação gráfica das unidades lexicais que tenha como modelo uma variedade escolhida como padrão.

Veja-se, como exemplo, a tradução do artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos escrita em Crioulo de Cabo Verde, segundo regras gráficas definidas pelo ALUPEC:

- (1) *Tudu gentis ta nasi libri y igual ku se dignidadi y ku ses diretu. Es nasi ku intelijensia y ku konsiensia y es debe ten pa kunpanheru spritu di morabeza.*

‘Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.’

2.2. Fonologia

2.2.1. Sistema de vogais

No Crioulo de Cabo Verde (variedade de Santiago), existem oito vogais orais: /ɛ/, /a/, /ɔ/ (vogais abertas), /e/, /ɐ/, /o/ (vogais semi-abertas), /i/, /u/ (vogais fechadas) e oito nasais: /ã/, /ẽ/, /ẽ/, /ĩ/, /õ/, /õ/, /ũ/. No Português, encontramos as mesmas vogais orais, mas apenas cinco nasais. As vogais nasais /ã/, /ẽ/, /õ/ não existem no Português; encontramos-las neste Crioulo em palavras como *bráŋku*, *ténpu* ou *ónbru*. Existem, também, ditongos crescentes (semivogal-vogal) e decrescentes (vogal-semivogal), maioritariamente orais. Não encontramos nesta variedade do Crioulo de Cabo Verde ditongos decrescentes nasais, como os que existem em Português em palavras como *cão* ou *mãe*.

2.2.2. Sistema de consoantes

No Crioulo de Santiago encontramos as seguintes consoantes:

	Oclusivas		Fricativas		Nasais	Líquidas
	Surdas	Sonoras	Surdas	Sonoras		
Bilabiais	p	b			m	
Labio-dentais			f	v		
Alveolares	t	d	s	z	n	l, r
Palatais	c	ɟ	ʃ	ʒ	ɲ	ʎ
Velares	k	g			ŋ	

Como se pode ver no quadro, para além das oclusivas que existem no Português, o Crioulo de Cabo Verde dispõe ainda de outras duas, cujo ponto de articulação é palatal e cuja pronúncia se situa entre uma realização oclusiva e uma realização africada.

As fricativas sonoras e a lateral /ʎ/ encontram-se exclusivamente em empréstimos relativamente recentes do Português e de outras línguas.

As consoantes podem aparecer pré-nasalizadas, como acontece nas palavras *ntende* [~tēdi] ‘entender’ ou *nbárka* [~barkə] ‘embarcar’.

2.2.3. Estrutura silábica

No Crioulo de Santiago, encontramos as seguintes sequências silábicas:

- Vogal (V), como na palavra *oku* ('oco')
- Vogal Consoante (VC), como na palavra *ar* ('ar')
- Consoante Vogal (CV), como na palavra *pátu* ('pato')
- Consoante Vogal Consoante (CVC), como na palavra *dór* ('dor')
- Duas Consoantes Vogal (CCV), como na palavra *prása* ('praça')
- Duas Consoantes Vogal Consoante (CCVC), como na palavra *krus* ('cruz')
- Três Consoantes Vogal (CCCV), como na palavra *stráda* ('estrada')

A estrutura silábica mais frequente é a de tipo CV, sendo raras as sílabas que não comecem com consoante. As consoantes que podem aparecer em posição final de sílaba são: /l/, como em *sól* (/sɔl/ – 'sol'), /r/, como em *mudjér* (/mudʒɛr/ – 'mulher'), /ʃ/, como em *séx* (/sɛʃ/ – 'seis') e /s/, como em *kapás* (/kapas/ – 'capaz'); em Português, só não encontramos esta última consoante em posição final de sílaba¹. O Crioulo de Santiago permite, também, a ocorrência de duas ou três consoantes em posição inicial de sílaba; no Português, só são permitidas sequências de duas consoantes em posição inicial de sílaba.

2.2.4. Acento

O Crioulo de Cabo Verde tem, como o Português, um acento de palavra que incide normalmente sobre a penúltima sílaba das palavras que terminam em vogal (como na palavra *trabádjú* 'trabalho'), podendo incidir também sobre a última sílaba quando a palavra termina em consoante (como em *mudjer* 'mulher'), e, mais raramente, sobre a antepenúltima sílaba, em especial em palavras recentemente importadas (como na palavra *kilómitru* 'quilómetro').

2.3. Morfo-Sintaxe

2.3.1. Ordem Básica de Constituintes

A ordem básica de constituintes do Crioulo de Santiago é Sujeito–Verbo–Objecto:

- (2) *N kunpra un kasa.*
'Eu comprei uma casa'.

2.3.2. Sintagma Nominal (SN)

¹ Em Português, a letra <s> em posição final absoluta de palavra corresponde ao som [ʃ].

2.3.2.1. Artigo

Em Crioulo de Cabo Verde, o nome tende a ocorrer sozinho sempre que se pressupõe que o seu referente é conhecido do interlocutor.

Embora a tendência seja para não haver determinante exposto, este pode ocorrer sob a forma de um artigo definido (*kel/kes*):

- (3) *N odja un omi bedju na pilurinh. Kel omi tenba si kanhotu na si mo.*
'Eu vi um homem velho no mercado. O homem tinha o seu cachimbo na mão.'

Quando, em Crioulo, se pressupõe que o interlocutor não pode identificar a entidade a que o nome se refere, este pode vir precedido de um artigo indefinido. É o caso das situações em que a entidade ocorre pela primeira vez:

- (4) *N odja un omi bedju na pilurinh.*
'Eu vi um homem velho no mercado.'

2.3.2.2. Nome

Em Crioulo de Cabo Verde, podemos encontrar marca de **género** no nome, mas a sua aplicação não é obrigatória. O género pode ser marcado nos nomes, pela oposição entre as terminações *-u* ou *-0* (zero) para o masculino e *-a* para o feminino:

- (5) *mininu* 'menino' *minina* 'menina'
(6) *profesor* 'professor' *profesora* 'professora'

Os nomes que se referem a seres humanos podem receber marcas de género para o masculino e para o feminino:

- (7) *tiu* 'tio' *tia* 'tia'
(8) *donu* 'dono' *dona* 'dona'
(9) *alunu* 'aluno' *aluna* 'aluna'
(10) *profesor* 'professor' *profesora* 'professora'

Também aos nomes de animais, quando se referem a mamíferos, se aplicam as mesmas regras, embora com menor probabilidade:

(11) *porku* ‘porco’ *porka* ‘porca’

Quando os nomes se referem a animais não mamíferos não se aplicam as marcas de género:

(12) *patu* ‘pato’ **pata*

Nestes casos, para diferenciar o sexo, os falantes podem recorrer à justaposição das formas adjectivais *matchu* e *fémia*:

(13) *patu matchu* ‘pato’ *patu fémia* ‘pata’

A mesma expressão é possível sempre que o nome se refere a um qualquer animal ou, em alguns casos, a um ser humano não adulto:

(14) *porku matchu* ‘porco’ *porku fémia* ‘porca’

(15) *mininu matchu* ‘menino’ *mininu fémia* ‘menina’

Para formar o **plural** adiciona-se a terminação:

-s às palavras terminadas em vogal:

(16) *kusa* ‘coisa’ *kusas* ‘coisas’

-is às palavras que acabam em consoante:

(17) *kudjer* ‘colher’ *kudjeris* ‘colheres’

-s ou -sis às palavras que acabam em vogal nasal:

(18) *armun* ‘irmão’ *armuns/armunsis* ‘irmãos’

De referir que o morfema do plural é usado apenas uma vez no sintagma, geralmente na primeira palavra que permite flexão (artigo, demonstrativo, nome):

(19) *Góra, nu ta kume **uns** banana.*

‘Agora, nós vamos comer umas bananas’

(20) ***Kes** kasa bunitu.*

‘As casas bonitas’

- (21) *Fidjus di Nha Bia sta duenti.*
“Os filhos da Senhora Bia estão doentes”

2.3.2.3. Adjectivo

Os adjectivos ocorrem quase sempre depois do nome.

Nem todos os adjectivos variam em género, mas os que variam fazem igualmente a oposição -
u/-a,

- (22) *altu* ‘alto’ *alta* ‘alta’
(23) *bunitu* ‘bonito’ *bunita* ‘bonita’

ou

-or/-era

- (24) *batukador* ‘batuqueiro’ *batukadera* ‘batucadeira’

Quando os nomes se referem a seres humanos, é mais alta a probabilidade de o adjectivo concordar com o nome, quer enquanto modificador, no SN, quer em posição predicativa:

- (25) *mininu bunitu* *minina bunita*
‘menino bonito’ ‘menina bonita’
(26) *Kel minina é bunita.*
‘A menina é bonita.’

No entanto, em geral não existe concordância de número entre o adjectivo e o nome.

2.3.2.4. Pronomes

Pronomes Pessoais

- (27) Pronomes pessoais

	Sujeito	Enfático	Obj 1 e 2 ²	Oblíquo
1 ^a sg.	<i>N³/mi</i>	<i>ami</i>	<i>-m/-mi</i>	<i>mi</i>
2 ^a sg.	<i>bu/bo, nhu</i>	<i>abo</i>	<i>-(b)u/-bo</i>	<i>bo</i>
3 ^a sg.	<i>e/el</i>	<i>ael</i>	<i>-l/-el</i>	<i>el</i>
1 ^a pl.	<i>nu/nos</i>	<i>anos</i>	<i>-nu/nos</i>	<i>nos</i>
2 ^a pl.	<i>nhu</i>	<i>anhos</i>	<i>-nhos</i>	<i>nhos</i>
3 ^a pl.	<i>es</i>	<i>aes</i>	<i>-s/-es</i>	<i>es</i>

Ao contrário do Português, onde em determinados casos é possível ter o pronome pessoal complemento antes do verbo (*Eu não o vi*), em Crioulo os pronomes pessoais complemento vêm sempre depois do verbo.

As formas acentuadas do pronome pessoal sujeito (*mi, bo, el, nos*) só ocorrem antes do verbo e ‘ser’:

- (28) *mi e* ‘eu sou’
bo e ‘tu és’
nho e ‘o senhor é’
nha e ‘a senhora é’
el e ‘ele/ ela é’
nos e ‘nós somos’
nhu e ‘vocês são’
es e ‘eles/ elas são’

Em todos os outros casos ocorre a forma átona:

- (29) *N ten* ‘eu tenho’
bu ten ‘tu tens’
e ten ‘ele/ela tem’
nu ten ‘nós temos’
nhos ten ‘vós tendes’
es ten ‘eles/elas têm’

As formas enfáticas ocorrem antes das formas básicas de sujeito, segundo o modelo:

² Neste texto denomina-se Objecto 1 ao primeiro complemento que ocorre à direita do verbo e objecto 2 ao segundo.

³ O pronome sujeito de primeira pessoa *N* escreve-se sempre com letra maiúscula.

(30) *Ami, N kre ...* ‘(quanto a mim), eu quero’

A forma *nhu* é uma forma de respeito, podendo alternativamente usar-se *Nho* e *Nha* (do Português *senhor* e *senhora*, respectivamente).

Sob a designação de *oblíquo* colocámos as formas do pronome inseridas no sintagma preposicional:

(31) *pa mi* ‘para mim’
pa bo ‘para ti’
pa el ‘para ele’
pa nos ‘para nós’
pa nhos ‘para vós’
pa es ‘para eles’

Quando o Objecto 1 e o Objecto 2 co-ocorrem junto do verbo, o primeiro realiza-se na sua forma átona e o segundo na forma acentuada:

(32) *E da-l el*
 ‘Ele/a deu-lho’

Sempre que a forma verbal recebe o sufixo temporal *-ba*, o pronome pessoal complemento assume a forma acentuada:

(33) *E flaba-el*
 ‘Ele/ela dissera-lhe’

(34) *E daba el el*
 ‘Ele/ela tinha-lho dado’

Pronomes Possessivos

(35) Possessivos

Pessoa	Formas adjectivas	Formas substantivas	Português
1ª sg.	<i>nha(s)</i>	<i>di meu</i>	o(s) meu(s), a(s) minha(s)
2ª sg.	<i>bu(s)</i>	<i>di bo</i>	os teus, a(s) tua(s)
		<i>di nho</i> (formal, masculino)	o seu, a sua
		<i>di nha</i> (formal, feminino)	o seu, a sua
3ª sg.	<i>si</i>	<i>di sel</i>	o seu, a sua
	<i>ses</i>		o(s) seu(s), a(s) sua(s)
1ª pl.	<i>nos</i>	<i>di nos</i>	o(s) nosso(s), a(s) nossa(s)
2ª pl.	<i>nhos</i>	<i>di nhos</i>	o(s) vosso(s), a(s) vossa(s)
3ª pl.	<i>ses</i>	<i>di ses</i>	o(s) seu(s), a(s) sua(s)

As formas adjectivas funcionam como determinantes e variam em número, nas três pessoas do singular. Não existe variação de género:

(36) *Onti N odja **bu** mai na pilurihu di Praia.*
‘Ontem vi a tua mãe no mercado da Praia’

(37) *E perde **si** libru na skola.*
‘Ele perdeu o livro dele na escola’

(38) *E perde **ses** libru na skola.*
‘Ele perdeu os livros dele na escola’

As formas substantivas (*di nos*, *di sel*, etc.) nunca podem ocorrer em posição de determinante; ocorrem sempre depois do nome (são expressões formadas por uma preposição e um pronome, à semelhança das portuguesas *dele*, *dela*):

(39) *Es kasa li e **di meu/di bo***
‘Esta casa é minha/tua’

(40) *Kel libru la e **di sel**.*
‘Aquele livro é dele’

Pronomes Demonstrativos

Há dois demonstrativos em Crioulo: *es* e *kel*. *Es* pode ser usado no singular e no plural para designar algo próximo do sujeito da enunciação:

- (41) *Diâ ta sai, noti ta entra, N ka ta tra es pensaméntu di kabésa.*
‘O dia sai, a noite entra, eu não tiro este pensamento da cabeça’
(‘Noite e dia, este pensamento não me abandona’).

Kel tem como plural *kes*, significa *aquele* e, por oposição a *es*, designa algo mais afastado:

- (42) *Kel omi é altu.*
‘Aquele homem é alto’

No entanto, a estes dois demonstrativos podem juntar-se os advérbios *li* ‘aqui’ e *la* ‘lá’ que permitem estabelecer relações espaciais diferenciadas: *kel...li*, *kel...la*, *es...li*, *es...la*.

- (43) *N ka kre kel libru li, N ta gosta mas di kel la.*
‘Eu não quero este livro, prefiro aquele’

Pronomes Indefinidos

Os indefinidos em Crioulo são sempre invariáveis quanto ao género e, por vezes, quanto ao número. Assim, *tudu* corresponde às formas portuguesas ‘todo(s)’, ‘toda(s)’ e *txeu* corresponde a ‘muito(s)’, ‘muita(s)’. Os indefinidos ocorrem quase sempre antes do nome. *Txeu* é um caso particular pois pode vir antes ou depois do nome, ao contrário do português ‘muito’ que vem sempre antes:

- (44) *Txeu algen/algen txeu* – ‘muita gente’.

2.3.3. Sintagma Verbal (SV)

2.3.3.1. Tempo / Modo / Aspecto

O verbo tem uma forma invariável regular. Não há concordância sujeito-verbo, uma vez que não há flexão do verbo: a forma do verbo é a mesma independentemente da pessoa e do número do sujeito, por exemplo: *e manda, nu manda* ‘ele mandou, nós mandámos’.

Os verbos podem terminar em:

-a, como *kaba* ‘acabar’

-e, como *bebe* ‘beber’

-i, como *pidi* ‘pedir’

-o, como *po* ‘pôr’

As informações de tempo, modo e aspecto, são dadas pela terminação *-ba*, (tempo) e pelas partículas *ta* e *sa ta* (aspecto) e *al* (modo) que se associam ao verbo sem lhe alterar a forma básica.

A forma isolada do verbo, em geral, refere-se a uma situação acabada, traduzível pelo perfeito:

- (45) *E papia.*
‘Ele falou.’

Exceptuam-se alguns verbos estativos, como *sta, ten, sabe, ser*, que, na sua forma isolada, se traduzem pelo presente.

Terminação *-ba*

A terminação *-ba* acrescenta informação de tempo ao verbo, marcando anterioridade. Indica que o falante se está a referir a uma situação que é anterior a outra. Na frase que se segue a situação referida pelo verbo *faseba* é anterior à situação referida por *tchiga*.

- (46) *Kantu N tchiga dja e faseba kel bolu.*
‘Quando eu cheguei já ela tinha feito o bolo.’

Esta terminação pode ainda marcar uma situação muito afastada no tempo:

- (47) *Unbes, gentis kumeba poku.*
‘Dantes as pessoas comiam pouco.’

Morfemas *ta* e *sa ta*

Tomemos as frases:

(48) *E ta kume txeu.*

(49) *E sa ta kume txeu.*

O morfema *ta* introduz uma informação de hábito, de repetição de situações. Assim, *E ta kume txeu* refere-se a uma situação habitual. A tradução para Português é ‘Ele costuma comer muito’.

O morfema *sa ta* dá uma informação de progressivo, de uma situação em curso num dado momento, que pode ser presente ou não. A tradução de *E sa ta kume txeu* para Português é ‘Ele está a comer muito’ e de *E sa ta kumeba txeu*, ‘Ele estava a comer muito’.

Estes morfemas podem também referir uma situação de futuro. Nas frases seguintes, *sa ta* remete para um futuro muito próximo, *ta* remete para um futuro mais longínquo:

(50) *Un dia N ta kunpra.*

‘Um dia eu compro’

(51) *Manhan N sa ta kunpra.*

‘Amanhã eu compro’

Morfema *al*

O morfema *al* coloca-se antes do verbo e acrescenta uma informação de incerteza:

(52) *E al staba la.*

‘Ele deve ter lá estado’

Quando se refere a situações futuras pode acrescentar informações de desejo:

(53) *Es anu, txuba al txobe.*

‘Este ano há-de chover / espero que chova’

Quando *al* surge ao mesmo tempo que *ta* ou *sa ta*, a ordem relativamente ao verbo é a seguinte:

al + ta + V

al + sa ta + V.

Terminações *-du* e *-da*

Existem, ainda, duas terminações (*-du* e *-da*) cujas funções junto do verbo são:

1. Permitir que o sujeito fique indeterminado. Por exemplo:

(54) *Kumedu txeu, na festa di Nha Bia.*
'Comeu-se muito, na festa da Dona Bia'

2. Distinguir situações mais antigas de outras menos antigas. A terminação *-du* marca situações menos antigas e *-da* marca situações mais antigas:

(55) *Na nos ilha ta uzada saia ku mandrion.*
'Na nossa ilha usava-se saia e camisa'

(56) *Onti ta kumedu txeu na festa di Nha Bia.*
'Ontem comeu-se muito na festa da Dona Bia'

No que diz respeito aos complementos do verbo, é importante referir que nos verbos ditransitivos, ou seja, verbos que seleccionam um objecto directo e um objecto indirecto, a ordem em Português é: Verbo – Objecto Directo – Objecto Indirecto:

(57) 'Dei um brinquedo à Maria.'

No Crioulo de Cabo Verde, no entanto, o objecto indirecto (a que chamámos objecto 1) não é introduzido por preposição. Num enunciado com objecto directo e objecto indirecto é a ordem por que aparecem que permite distingui-los e a ordem fixa é: Verbo – Objecto Indirecto - Objecto Directo (a que chamámos Objecto 2):

(58) *N da Maria un brinkedu.*
'Eu dei um brinquedo à Maria'

2.3.3.2. Negação

O morfema de negação verbal é *ka*, e coloca-se imediatamente antes do verbo principal e, quando existe, antes do verbo auxiliar:

- (59) *E ka kre papia ku bo.*
'Ele não quer falar contigo.'

Nas frases imperativas precede o pronome pessoal:

- (60) *Ka bu ben li!*
'Não venhas cá!'

Ka coloca-se antes dos morfemas *ta* e *sa ta*, mas depois de *al*.

Nas frases negativas, o uso de *ka* antes do verbo é obrigatório, mesmo quando existem outros elementos de negação:

- (61) *E ka sabe nada.*
'Ele não sabe nada'
- (62) *Ningen ka sabe nada.*
'Ninguém sabe nada'
- (63) *Nunca N ka bai Lisboa.*
'Eu nunca fui a Lisboa'

2.3.4. Sintagma Adverbial (SAdv)

Os advérbios têm um comportamento idêntico aos advérbios em Português. No entanto, é muito comum que o adjectivo seja usado como advérbio:

- (64) *E papia kansadu.*
'Ele falou de modo cansado'
- (65) *Bu papia rixu.*
'Falaste muito alto'

2.3.5. Frase Complexa

2.3.5.1. Oração Relativa

Neste Crioulo o pronome relativo *ki*, que corresponde aos pronomes portugueses *que*, *quem*, *cujo/a/os/as* e *qual/quais*, é o mais usado para introduzir orações relativas. O Crioulo de Cabo Verde não exige o uso de preposições para marcar a função sintáctica do constituinte na frase, mesmo nos casos em que em Português tal preposição é obrigatória:

- (66) *Ali livru ki N papiâ- n'el.*
'Este é o livro de que te falei.'

2.3.6. Oração Completiva

O Crioulo tem dois tipos de conjunções integrantes que podem introduzir orações completivas: *ma* e *pa*. *Ma* usa-se depois de verbos que expressem a ideia de afirmação ou de avaliação mental, como *fla* 'dizer', *pensa* 'pensar' ou *lenbra* 'lembrar':

- (67) *E fla ma Djon dja txiga kasa.*
'Ele disse que o João já chegou a casa.'

Pa, por sua vez, introduz complementos de verbos que expressem a ideia de ordem ou de desejo, como *manda* 'mandar' ou *pidi* 'pedir':

- (68) *Es pidi-m pa N ba konta un stória.*
'Eles pediram-me que eu fosse contar uma história.'

Bibliografia

- Bastos, José Gabriel Pereira e Susana Pereira Bastos (1999). *Portugal Multicultural – Situação e Estratégias Identitárias das Minorias Étnicas*. Lisboa: Fim de Século Edições.
- Cabral, Nelson Eurico (1980). *Le Moulin et le Pilon - les îles du Cap Vert*. Paris: L'Harmattan - ACCT.
- Davidson, Basil. (1988). *As ilhas afortunadas*. Lisboa: Caminho.
- Duarte, Dulce Almada (1961). *Cabo Verde: Contribuição para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- Duarte, Dulce Almada (1998). *Bilinguismo ou Diglossia?* Praia: Spleen-Edições.
- Ferreira, Hermínia Curado e Adelaide Monteiro Lima (1998). *Manual di Kriolu - Kauberdi*. Peace Corps: Praia.
- Ferreira, Manuel (org.) (1989). *Claridade -Revista de Arte e Letras*. Instituto Caboverdiano do Livro.
- Gonçalves, Maria da Luz e Lélia Lomba de Andrade (2003). *Pa nu Papiá Kriolu*. Boston e Portland: M & L Entreprises.
- Lang, Jürgen *et al.* (2002). *Dicionário do Crioulo da Ilha de Santiago (Cabo Verde)*. Tübingen: Gunter Narr Verlag.
- Lopes Filho, João (1998). *Vamos Conhecer Cabo Verde*. Lisboa: Secretariado Coordenador de Programas de Educação Intercultural.
- Massa, Françoise e Jean-Michel (2001). *Dictionnaire Encyclopedique et Bilingue, Cap-Vert- Cabo Verde*. Rennes: Univ. de Haute Bretagne.
- Mendes, Mafalda *et al.* (2002). *Dicionário Prático Português Caboverdiano. Variante de Santiago. Disionári Purtugés-Berdiánu . Kiriolu di Santiágu. Ku splikasom di uzu di kada palábra*. Lisboa: Verbalis.
- Mendes, Mafalda (2005). Cabo Verde: ir à escola em L2. In Mateus, Maria Helena Mira e Luísa Teotónio Pereira (orgs.). *Língua Portuguesa e Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa: Edições Colibri.
- Monteiro, Vladimir Nobre (1995). *Portugal/Crioulo*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco.
- Napoleão Fernandes, Armando (1990). *O Dialecto Crioulo - Léxico do Dialecto Crioulo do Arquipélago de Cabo Verde*. Mindelo: Ed. de Ivone Lopes.

- Noesis (1999). *Português Língua Não Materna* n.º 51 Julho/Setembro (número temático). Lisboa: IIE.
- Oceanos (1990). *Sagres, Cabo Verde* n.º 5. Novembro Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Oliveira, Margarida (1994). *Histórias Tradicionais da República de Cabo Verde*. Carcavelos: Sol XXI.
- Parsons, Elsie Clews (1968). *Folclore do Arquipélago de Cabo Verde*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Pereira, Dulce (1989a). *Ka nhos ben pasia linguajen!* ou Falar crioulo e falar português em Cabo Verde. In *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n.º 1, Julho de 1989. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, pp. 11-15.
- Pereira, Dulce (1989b). Crioulo de Cabo Verde: proposta de grafia. In *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n.º 2, Dezembro de 1989. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, pp. 41-48.
- Pereira, Dulce (1990). *Crioulo de Cabo Verde – Gramática Prática* (texto inédito).
- Pereira, Dulce (1992). Crioulos de Base Portuguesa. In *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional, Comissão Nacional para os Descobrimentos, União Latina, pp. 120-125.
- Pereira, Dulce (1993a). *O Universo do Crioulo*. Setúbal: ESE de Setúbal / Ministério da Educação de Cabo Verde.
- Pereira, Dulce (1993b). Alfabetização das Comunidades Africanas em Portugal. In *Forma*, n.º 47. Lisboa: Departamento de Educação Básica do Ministério da Educação.
- Pereira, Dulce (1996a). O Crioulo de Cabo Verde. In Faria, Isabel Hub *et al.*(orgs.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 551-559.
- Pereira, Dulce (1996b). O ensino do português a minorias de origem caboverdiana, In *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, 11 a 15 de Abril de 1994. Lisboa: Colibri, pp. 53-80.
- Pereira, Dulce (1996c). Alfabetização de Adultos em Contexto Bilingue: as comunidades africanas em Portugal. In Rocha-Trindade, Maria Beatriz *et al.* (orgs.). *Educação Intercultural de Adultos*. Lisboa: Universidade Aberta e DEB, pp. 213-234.
- Pereira, Dulce (1997a). Desenvolvimento linguístico das minorias de origem crioula e formação de professores In Fisher, Glória e Correia, Maria da Luz (orgs.) *Projectos, Modelos*,

- Impulsos. Projecto “O ensino da Língua Portuguesa como 2ª Língua”*. Lisboa: DEB, pp. 119-127.
- Pereira, Dulce (1997b). Ser «mininu» e ler «menino». In *Noesis*, n.º 44. Outubro/Dezembro de 1997, pp. 39-41.
- Pereira, Dulce (1998a). *Estórias de Linguagem*. Lisboa: Ministério da Educação. DEB.
- Pereira, Dulce (1998b). Linguística e Educação: as Minorias. Castro, Rui Vieira e Maria de Lourdes Sousa (orgs.). *Linguística e Educação. Actas do Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (Vila Real, 5 a 7 de Junho de 1997). Lisboa: Eds. Colibri e APL, pp. 115-128.
- Pereira, Dulce (2000). *Crioulos de Base Portuguesa*. Disponível em:
<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/tempolingua/03.html>.
- Pereira, Dulce (2001a). Línguas que gostavam de falar. In *Noesis* n.º 57. Janeiro/Março 2001, pp. 27-29.
- Pereira, Dulce (2001b). Fala Crioulo Pápia Purtuges. *Kultura – Revista de Estudos Caboverdianos*. Setembro de 2001, n.º especial, pp. 153-165.
- Pereira, Dulce (2001c). A língua portuguesa e as línguas nacionais na escolarização. In *Actas do 3º Seminário para a Edificação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa*. CCB, Junho de 2001. Lisboa: CPLP.
- Pereira, Dulce (2004a). Contacto de línguas e aquisição de uma língua não materna. Projecto *Nu ben papia na skola*. Disponível em:
<http://www.es-e-jdeus.edu.pt/projectos/pl2/>.
- Pereira, Dulce (2004b). *Pa nu skrebe na skola*. Projecto *Nu ben papia na skola*. Disponível em:
<http://www.es-e-jdeus.edu.pt/projectos/pl2/>.
- Quint-Abrial, Nicolas (1998). *Dicionário Caboverdiano-Português. Variante de Santiago*. Lisboa: Verbalis.
- Quint-Abrial, Nicolas (1999). *Grammaire de la langue Cap-verdienne. Étude descriptive et compréhensive du créole afro-portugais des îles du Cap-Vert*. Paris: L’Harmattan.
- Quint-Abrial, Nicolas (2003). *Parlons Capverdien – Langue et Culture*. Paris: L’Harmattan.
- Silva, Baltasar Lopes da (1957). *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva, Tomé Varela da (1987). *Na Bóka Noti*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro.
- Simões, Cristina *et al.* (orgs.). (1992). Documentos do Encontro «A Comunidade Africana em Portugal». Lisboa : Colibri.

Veiga, Manuel (2002). *O Caboverdiano em 45 Lições*. Praia: INIC.

Ficha Técnica

Aspectos Sociolinguísticos

- Dulce Pereira

Características Gramaticais

- Dulce Pereira
- Eva Arim
- Nuno Carvalho